

Artigos livres

Mundialização capitalista, novo imperialismo e a transição neoliberal na Nicarágua

Capitalist globalization, new imperialism, and the neoliberal transition in Nicaragua

Roger dos Anjos de Sá¹ 

¹ Universidade Federal de Goiás , Goiânia, GO, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a transição político-econômica na Nicarágua durante o biênio 1990-1991, sob a administração de Violeta Chamorro, investigando as dinâmicas de poder que viabilizaram a imposição da agenda neoliberal. A partir dos conceitos de mundialização capitalista e novo imperialismo (Wood, 2014; Harvey, 2005) o trabalho demonstra que a passagem da década revolucionária sandinista para a economia de mercado não constituiu uma transição linear para a democracia, mas sim a interrupção forçada de um projeto de democratização substantiva e a restauração transfigurada de uma autocracia burguesa (Sá, 2025). Diante do colapso do Plano Mayorga e da forte resistência das centrais sindicais, o novo bloco no poder utilizou o espaço de conciliação da *Concertación* para cooptar setores sociais, fragmentar a oposição e isolar as frentes grevistas. Esse pacto de governabilidade de curto prazo limpou o terreno institucional para a implementação do Plano Lacayo e para a submissão formal do país às diretrizes autocráticas do FMI através do acordo Stand-By. Argumente que o Estado nicaraguense foi ativamente reconfigurado sob uma lógica de *subsoberania* (Osório, 2019), na qual a autonomia externa foi mitigada em face do capital transnacional e do imperialismo norte-americano, enquanto o aparato coercitivo interno foi hipertrofiado para policiar a força de trabalho, dismantelar direitos sociais e garantir as condições materiais de acumulação das classes proprietárias locais e transnacionais.

Palavras-chave: Nicarágua; Neoliberalismo; Mundialização capitalista

ABSTRACT

This article analyzes the political-economic transition in Nicaragua during the 1990–1991 biennium, under the administration of Violeta Chamorro, investigating the power dynamics that enabled the imposition of the neoliberal agenda. Based on the concepts of capitalist globalization and the new imperialism (Wood, 2014; Harvey, 2005), this study demonstrates that the transition from the sandinista revolutionary decade to a market economy did not constitute a linear path toward democracy, but rather

the forced interruption of a project of substantive democratization and the transfigured restoration of a bourgeois autocracy (Sá, 2025). In the face of the collapse of the Mayorga Plan and the strong resistance from trade union centers, the new ruling bloc utilized the conciliation space of the *Concertación* to co-opt social sectors, fragment the opposition, and isolate striking fronts. This short-term governability pact cleared the institutional terrain for the implementation of the Lacayo Plan and for the country's formal submission to the autocratic directives of the IMF through the Stand-By Arrangement. It argues that the Nicaraguan State was actively reconfigured under a logic of sub-sovereignty (Osório, 2019), in which external autonomy was mitigated before transnational capital and US imperialism, while the internal coercive apparatus was hypertrophied to police the labor force, dismantle social rights, and secure the material conditions for capital accumulation by local and transnational owning classes.

Keywords: Nicaragua; Neoliberalism; Capitalist globalization

1 INTRODUÇÃO

A transição política na Nicarágua no início da década de 1990 constitui um dos laboratórios mais complexos de reconfiguração estatal e econômica da América Latina contemporânea. A derrota da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) e a vitória da coalizão liderada por Violeta Chamorro à presidência, em um cenário de severa crise estrutural surgida ainda no governo sandinista resultante tanto dos desgastes da guerra civil quanto do bloqueio econômico internacional, impôs ao novo governo a tarefa imediata de estabilização macroeconômica sob os auspícios do Consenso de Washington. Contudo, longe de se consolidar como uma transição linear, a implementação da agenda neoliberal chocou-se frontalmente com a densa organização social e institucional construída ao longo da década revolucionária sandinista. A ossatura do Estado, bem como variadas organizações civis de trabalhadores permaneceram ligadas ao sandinista mesmo após a derrota, configurando um cenário de intensas disputas político-sociais.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica de forças que balizou os primeiros anos da administração Chamorro, com especial ênfase na transição entre os anos de 1990 e 1991. Argumenta-se que o aparente sucesso na contenção da hiperinflação e na reestruturação cambial não foi um produto exclusivo de receitas de prateleira

de organismos multilaterais, mas sim o resultado de intensas e contraditórias mediações políticas domésticas. Para demonstrar essa hipótese, o trabalho examina primeiramente o colapso socioeconômico emergido ainda durante o governo sandinista, – sobretudo a partir de 1988 –, e os impasses da desmobilização militar após a derrota da FSLN. Em seguida, investiga como o governo utilizou o espaço da *Concertación* econômica e social para desmobilizar a resistência sindical e, por fim, analisa como esse pacto de governabilidade de curto prazo limpou o terreno para a implementação do *Plano Lacayo* e a submissão institucional do país às diretrizes autocráticas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

2 MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA E O NOVO IMPERIALISMO

O capitalismo possui, por sua natureza constitutiva, uma vocação mundial¹ que o distingue de todas as formas produtivas e políticas precedentes. Embora sua estruturação global comporte etapas historicamente distinguíveis, a mundialização contemporânea não deve ser vista como um traço imanente desde as origens do sistema, tampouco como uma novidade absoluta desprovida de vínculos ontológicos com o modo de produção capitalista². Trata-se, fundamentalmente, de um projeto político deliberado de integração e dominação conduzido pelos imperativos do mercado e operado como uma estratégia Norte-Sul. Afastando-se de visões mecânicas sobre uma “aldeia global” espontânea, essa dinâmica configura uma nova articulação do capitalismo mundial e de seus mecanismos de regulação e desempenho (Chesnais, 1996, p. 13).

¹ Ver Jaime Osório (2019, p. 161).

² A literatura sobre o capitalismo como sistema-mundo (Wallerstein, 1979) frequentemente confunde a mundialização contemporânea com a expansão colonial dos séculos XIV e XV, esvaziando sua historicidade. Contrapondo-se a essa visão, Samir Amin (2006, p. 121) preconiza que a mundialização deve ser qualificada como estritamente capitalista, dado que sua especificidade frente a sistemas anteriores reside na dominância absoluta da instância econômica. Sob essa perspectiva histórica, este artigo adota o conceito de François Chesnais (1996), que define a mundialização não como um processo genérico, mas como uma etapa recente e específica do capitalismo, marcada pela hegemonia da acumulação financeira sobre as demais esferas da economia.

Esse processo qualitativo contemporâneo concentra seu dinamismo na esfera financeira, cujo crescimento nas últimas décadas superou amplamente os índices de evolução do PIB e do comércio exterior, inclusive no bloco da OCDE. Historicamente, a mundialização financeira resulta de dois movimentos interligados ao longo do século XX: a mais longa fase de acumulação ininterrupta de capital desde 1914 e a aplicação deliberada, a partir dos anos 1980 sob o impulso dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, de políticas de liberalização, privatização, desregulamentação cambial e desestruturação de conquistas sociais e democráticas (Chesnais, 1996, p. 34). Essa transnacionalização exigiu uma profunda reconfiguração do Estado, que permanece crucial ao capital por deter o monopólio legal de regular a fonte geradora de valor — a força de trabalho — e conformar a circulação financeira à lógica sistêmica global.

Nos termos de Chesnais (1996), a mundialização evidencia-se como fruto de uma imposição dos países centrais, liderados pelos Estados Unidos, a serviço do acúmulo irrestrito. Conforme assinala Ellen Meiksins Wood (2014, p. 28, 103), a imposição desses imperativos de mercado alicerça o novo imperialismo, desenhando uma globalização realmente existente que vulnerabiliza e abre forçadamente as economias subordinadas ao capital imperial, enquanto protege seus próprios núcleos centrais mediante o controle rigoroso das condições de troca. Desse modo, a ação conjunta do capitalismo transnacionalizado, dos Estados centrais e das oligarquias locais implementou uma nova tipologia de gestão pública nas economias dependentes. A mundialização atua, portanto, em simbiose com o imperialismo para potencializar a reprodução do valor em escala global, agudizando a luta de classes e as assimetrias internacionais (Osório, 2019, p. 168).

Ao contrário do discurso liberal, esse arranjo não elimina o Estado-nação. Ele permanece essencial para salvaguardar a propriedade privada, os contratos e o monopólio da coerção, funções que estruturas multinacionais não absorvem

integralmente³. No entanto, a soberania divide-se desigualmente: amplia-se no centro e esvazia-se na periferia (Osório, 2019). Nos Estados latino-americanos, essa assimetria gera uma disfunção estrutural, manifestada por uma debilidade crônica nas relações internacionais — configurando Estados *subsoberanos*⁴ — combinada a um aparato coercitivo interno hipertrofiado, mobilizado pelas classes dominantes locais em consonância com o imperialismo para conter as forças trabalhadoras e subalternizadas.

Embora conectados, mundialização e imperialismo guardam distinções teóricas. David Harvey (2005, p. 31) elucida o desenvolvimento desigual ao conceber o “imperialismo capitalista” como a fusão contraditória entre duas lógicas: a territorial, focada no projeto político-militar de atores estatais para controlar espaços e mobilizar recursos humanos; e a capitalista, caracterizada pelos fluxos moleculares e difusos de acumulação econômica no espaço-tempo, onde a reprodução do capital detém primazia. O novo imperialismo e o neoliberalismo periférico articulam essas duas dimensões, servindo-se de pressões institucionais e de acordos com organismos como o FMI para subjugar os países dependentes às exigências globais.

Sob o imperialismo contemporâneo, a coerção opera predominantemente por vias econômicas e pela manipulação das forças de mercado — tendo a dívida externa como arma principal — em detrimento do antigo domínio colonial direto

³ Ellen Meiksins Wood (2014, p. 29, 107) argumenta que, longe de esvaziar o Estado-nação, as potências da mundialização o consolidaram como o fiador mais confiável para a acumulação e expansão transnacional do capital. Sob essa lógica, os Estados periféricos locais passaram a funcionar como correias transmissoras dos imperativos capitalistas globais, superando a eficácia das antigas estruturas coloniais diretas. Ademais, a autora pondera que, embora a globalização neoliberal seja marcada pelo desmonte das funções de bem-estar social — o que gera a falsa impressão de declínio estatal —, o capital global permanece estruturalmente incapaz de operar sem o suporte das funções sociais e regulatórias executadas soberanamente pelos Estados-nação desde as origens do capitalismo.

⁴ Na elaboração de Jaime Osorio (2019, p. 206), o Estado no capitalismo dependente opera como uma condensação de relações de poder e dominação marcada por um exercício desigual e restringido de soberania no cenário internacional. Essa condição estrutural gera o que o autor conceitua como *subsoberania*, diferenciando os países dependentes das potências centrais e imperialistas que exercem o poder de forma plena. Longe de ser um obstáculo externo, a dimensão *subsoberana* implica uma dinâmica de subordinação e associação estratégica das classes dominantes e do capital locais em face do capital soberano do mundo desenvolvido. Para as elites periféricas, essa assimetria constitui uma verdadeira condição de reprodução e existência social, o que não anula, contudo, a ocorrência de conflitos pontuais no interior dessa aliança dependente.

(Wood, 2014, p. 23). O neoliberalismo surge como o arcabouço teórico-prático dessa ordem, prescrevendo que o bem-estar humano se maximiza pela liberação das capacidades empreendedoras em uma estrutura de mercados desregulamentados e sólidos direitos de propriedade. Caso determinados mercados não existam, cabe ao Estado intervir ativamente para criá-los, abstendo-se de qualquer atuação posterior. Historicamente, essa configuração de poder restabeleceu a hegemonia e a renda da fração financeira da classe capitalista após os relativos retrocessos de meados do século XX (Duménil; Lévy, 2007).

A gênese desse estágio remonta ao final da década de 1970, quando a drástica elevação da taxa de juros pelo FED, sob a gestão de Paul Volcker, desestruturou o compromisso keynesiano da “Era de Ouro” e impôs uma nova ortodoxia financeira global⁵ (Hobsbawm, 1995). Para os países periféricos, o modelo neoliberal acarreta, como aponta José Paulo Netto (2001), o desmantelamento dos direitos sociais, a abdicação das funções estatais macrorreguladoras e uma ofensiva ideológica contra alternativas anticapitalistas, visando extirpar qualquer controle democrático sobre o capital. Longe de significar a ausência do Estado, o neoliberalismo expressa uma seletividade institucional remodelada para atender aos interesses das classes proprietárias, impondo programas de ajuste estrutural voltados a garantir a estabilidade macroeconômica como requisito de livre mobilidade para o capital transnacional (Robinson, 1997a).

3 A TRANSIÇÃO NEOLIBERAL NA NICARÁGUA

Com efeito, no caso da Nicarágua, a opção pela perspectiva neoliberal se impôs como a alternativa viável para a consecução de um projeto de transformação

⁵ Como argumenta Jeffrey Frieden (2008), “o choque econômico de Volcker forçou a alta das taxas de juros reais (depois da inflação) de curto prazo, de próximo a zero ou menos de 10%. Isso aniquilou a inflação e, sob uma análise mais ampla, deslocou o equilíbrio das forças na direção dos investidores. A inflação e as taxas de juros reais negativos haviam sido o maior fardo da comunidade financeira. Os juros mais altos fizeram crescer o retorno do capital, e os investidores, que mal conseguiam se manter durante a inflação da década de 1970, agora embolsavam os maiores lucros já vistos” (p. 397).

econômica e superação da crise. Sob o governo de Violeta Chamorro, esse processo articulou-se à necessidade imperiosa de *dessandinizar*⁶ o Estado. Contudo, para além das definições formais e liberais de democracia e autoritarismo, argumenta-se que essa transição não significou a introdução da democracia onde ela supostamente inexistia, mas sim a interrupção forçada de um projeto revolucionário de democratização substantiva e a restauração transfigurada de uma autocracia burguesa⁷. Longe de uma mera reforma institucional neutra, o caráter fundamental desse processo residiu em seu conteúdo de classe: a retomada do controle da ossatura estatal pelas classes proprietárias, alinhando as dinâmicas internas do país às pressões estruturais de uma longa duração de inserção da Nicarágua na formação social transnacional do capitalismo mundializado. Tratou-se, portanto, de reconfigurar a dominação política para eliminar os controles democráticos sobre a acumulação e o livre movimento do capital.

O conjunto de transformações que implicou na restauração autocrática ao mesmo tempo buscou inserir a Nicarágua na mundialização capitalista em sua fase neoliberal deve ser compreendido à essa luz. A inserção nicaraguense à ordem mundial está submetida e subsumida ao imperialismo estadunidense, de modo que ele é o principal promotor e condutor dos processos subjacentes (Robinson, 1997a).

Os EUA demonstraram interesse no território que viria a ser a Nicarágua desde a independência estadunidense, com o intuito de construir uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico⁸. A partir de meados do século XIX, o intento imperialista do país fincou os pés na Nicarágua; de lá nunca mais se ausentou, alterando apenas os modos

⁶ Dessandinizar significava não apenas derrotar a FSLN, mas dismantelar as transformações econômicas e políticas empreendidas pelo governo revolucionário. Isso envolvia reverter as estatizações da propriedade, o controle estatal sobre o sistema bancário e o comércio exterior, e a hegemonia sobre as Forças Armadas, além de esvaziar a presença das organizações vinculadas à Frente. Trata-se, sobretudo, de eliminar os espaços dos grupos e classes subalternizadas que encontravam na Frente Sandinista o canal de expressão e de disputa política pela hegemonia.

⁷ Ver SÁ (2025).

⁸ Segundo Michel Gobat (2010, p. 7), “Desde 1788, Thomas Jefferson anunció el interés de su país em aprovechar el Río San Juan y el Lago de Nicaragua para construir un canal que uniera los océanos Atlántico y Pacífico.”

de exercer sua dominação. Intervenções, a “diplomacia do dólar”, ocupações militares para garantir os interesses de empresas privadas e a manutenção da ditadura dos Somoza são marcas históricas desse processo. A Revolução Popular Sandinista (1979-1990) sofreu as agruras desse poder, operacionalizado por meio do financiamento da contrarrevolução armada e da oposição civil, do embargo econômico, da guerra de baixa intensidade e da intervenção nas eleições de 1990. Nesse sentido, o governo norte-americano foi o principal agente externo a delinear a natureza e os rumos da revolução, mantendo uma ofensiva ininterrupta cujo objetivo central sempre foi a derrota do projeto sandinista.

O imperialismo mudou de características sobretudo após o fim da Segunda Guerra, ganhando novos contornos com o processo de reestruturação do capital e a emergência da acumulação flexível a partir da década de 1970, como aponta David Harvey (2005). Os Estados Unidos representam a face desse novo imperialismo, que mantém o controle sobre vastas regiões do globo não pela via da ocupação direta do território, mas pela força do poder econômico e dos imperativos do capital⁹. De fato, como argumenta Ellen Wood (2014), as intervenções contemporâneas diferem qualitativamente do velho imperialismo exatamente pela capacidade de operar por meio de mecanismos de exploração estritamente econômicos, recorrendo à força militar apenas como garantia de última instância¹⁰.

As principais novidades decorrentes da reestruturação do capital e de sua dinâmica de acumulação residem na predominância do setor financeiro sobre as

⁹ Conforme argumenta Ellen Wood (2014), a distinção do novo imperialismo, que tem nos Estados Unidos sua face mais destacada, reside na extração do mais-valor e da dominação fundamentalmente mediante os imperativos econômicos do capital. Para a autora, a “natureza específica do imperialismo norte-americano e, na prática, da especificidade do império capitalista [...] é operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto” (p. 9).

¹⁰As intervenções militares diretas ainda são parte da dominação, mas não são únicas nem imprescindíveis, sendo muitas vezes evitáveis. Mediante os trâmites de supervisão do sistema global do capitalismo, operados por variadas organizações mundiais, “procura-se assim não somente resolver o problema dos Estados ‘bandidos’ ou dos Estados ‘fracassados’, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração. Ademais, para ser realmente eficaz, o imperialismo tem de estabelecer a supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras...” (Wood, 2014, p. 11).

demais frações do capital. Esse fenômeno implicou uma ampla reconfiguração no modelo de gestão do Estado, transformando tanto suas relações internas com os diversos segmentos do tecido social quanto o condicionamento externo das relações internacionais de produção e circulação de mercadorias — um processo de integração global imposto sobretudo pelos EUA mediante imperativos econômicos. Nesse sentido, David Harvey (2005) assinala que, diante da reestruturação produtiva, os EUA reagiram de forma a reafirmar sua hegemonia mundial.

Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Porém, o funcionamento eficaz desse sistema exigia que se forçasse os mercados em geral e os mercados de capital em particular a se abrir ao comércio internacional (um processo lento que requereu uma implacável pressão norte-americana sustentada no uso de alavancas internacionais como o FMI, e um compromisso igualmente implacável com o neoliberalismo na qualidade de nova ortodoxia econômica (Harvey, 2005, p. 58-59).

As configurações do novo imperialismo submetem a esfera política à econômica, de modo que a funcionalidade do Estado passa a estar intrinsecamente vinculada ao domínio do capital¹¹. Nesse cenário, os imperativos do capital no processo de integração à mundialização são determinados pela rígida lógica centro-periferia. A transição na Nicarágua encontra-se, portanto, historicamente vinculada a essas transformações estruturais e conjunturais da mundialização capitalista. Sob

¹¹ Nas palavras de Ellen Wood (2014, p. 21) “O novo imperialismo se tornou o que é por ser a criatura do capitalismo, um sistema em que todos os atores econômicos - produtores e apropriadores - dependem do mercado para suas necessidades mais básicas. Trata-se de um sistema em que as relações de classe entre produtores e apropriadores, e especificamente a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, também são mediadas pelo mercado, o que está em nítido contraste com as sociedades não capitalistas, nas quais produtores diretos tinham acesso por outras vias que não o mercado aos meios de produção, especialmente a terra e, portanto estavam protegidos das forças do mercado, enquanto os apropriadores dependiam da força superior para extrair trabalho excedente desses produtores diretos. No capitalismo, a dependência de produtores e apropriadores em relação ao mercado significa que eles estão sujeitos aos imperativos de concorrência, acumulação e produtividade crescente do trabalho; e todo o sistema - em que a produção competitiva é condição fundamental da coexistência é movido por esses imperativos. O efeito é, entre outras coisas, uma relação distinta entre o poder político e o econômico, que tem consequências para as relações de classe e para a expansão imperialista”.

a hegemonia dos EUA, o delineamento das relações internacionais da Nicarágua passou a submeter-se ao crivo e à tutela de Washington, fortemente amarrado às diretrizes do Consenso de Washington.

A grande novidade criada pela mundialização combinada com o novo imperialismo, conforme argumenta William Robinson (1997a), é que as relações externas ocorrem a partir de dentro, internamente. Diversamente das relações globalizantes que ocorreram de forma acentuada desde o surgimento da modernidade no processo de construção do sistema-mundo, nas quais as relações se davam de modo externo, observa-se hoje uma imposição da funcionalidade sistêmica a partir de dentro, transformando e adequando o funcionamento das estruturas políticas, sociais e econômicas à lógica do mercado mundial. As adequações das estruturas internas à lógica externa dos imperativos capitalistas objetivam facilitar a mobilidade do capital para o aumento de sua capacidade de reprodução e de colonização de todas as esferas das variadas instâncias sociais. Essa transformação qualitativa é basilar para compreender as transições democráticas na América Central e, particularmente, o caso da Nicarágua.

As elites modernizantes locais constituem o elo de funcionalidade para o estabelecimento e a concretização dessas transformações. O poder político, portanto, passa a ser exercido por grupos políticos que representam essa burguesia modernizante. Como argumenta William Robinson (1997a, p. 201), *“el poder político y económico tiende a gravitar hacia nuevos grupos ligados al capital transnacional y la economía global, ya sea directamente o mediante su ubicación en aparatos estatales locales reorganizados”*. A mundialização dessas frações é fundamental para a consecução do próprio processo de expansão capitalista e para a funcionalidade do novo imperialismo.

Sob o signo da mundialização e do novo imperialismo, o neoliberalismo emerge como o modelo de gestão projetado para exercer controle pleno sobre as organizações sociais. Na América Central, os programas de ajuste estrutural da década de 1980 visavam alinhar a geopolítica regional à reprodução capitalista capitaneada por

Washington. Na Nicarágua, os remédios de austeridade adotados pela própria FSLN em 1988 anteciparam o projeto explicitamente neoliberal que seria consolidado no governo Chamorro.

Analisando essa dinâmica, William Robinson (1997a, p. 202) aponta que as frações dominantes do capital transnacional impõem essa agenda por meio de agências especializadas (como a USAID) e organismos supranacionais (como o FMI e o Banco Mundial). Essas instituições operam em simbiose com as elites tecnocráticas locais da “Nova Direita do Sul” para assumir o controle dos Estados periféricos. O propósito final dessa articulação é moldar o aparato estatal para que ele cumpra três papéis fundamentais: garantir a estabilidade macroeconômica e a segurança jurídica da propriedade privada; fornecer a infraestrutura física e a força de trabalho adequadas à acumulação; e policiar a manutenção da ordem social.

Por meio de diversas organizações, os EUA hegemonizaram o processo de transição na Nicarágua. Essa atuação deu-se sobretudo por agências como a USAID¹² que, após ter se retirado do país em 1981, retornou logo após a vitória de Violeta Chamorro para elaborar as principais estratégias de transição. Além da intervenção direta na formulação de projetos e na reestruturação da própria ossatura política e econômica do Estado, o poder imperialista atuou de forma coercitiva. O condicionamento de financiamentos, o controle sobre as ajudas externas e a chantagem econômica foram métodos massivamente empregados. Assim, imediatamente após o pleito, um corpo de tecnocratas instalou-se no país para desenhar as diretrizes de gestão do novo governo¹³.

¹² USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Ela também é referida como AID (Agência Internacional de Desenvolvimento).

¹³ O documento intitulado *AID to Nicaragua: Status of U.S. Assistance to the Democratically Elected Government* (1991) detalha como, desde março de 1990, os tecnocratas da agência já operavam na Nicarágua, sendo responsáveis pelo desenho de diversas estratégias. Inicialmente, o foco centrava-se na execução de programas de assistência social e transferência de renda, atrelando o recebimento dessa ajuda externa à construção de um consenso social, além de orientar o novo governo no processo de transição. Conforme aponta o relatório, “*During the first year, AID designed two cash transfer programs to address Nicaragua’s immediate foreign exchange needs and to encourage the new government to undertake the reforms it had identified as necessary for economic recovery*” (1991, p. 3).

A despeito das contradições e das ambivalências próprias de sociedades em que a modernização foi sempre do tipo conservadora, e nas quais as relações políticas e econômicas foram solidificadas mediante regimes autoritários, ditatoriais e autocráticos, a atuação dos atores políticos e sociais é ambígua. Soma-se a isso a singularidade de um processo revolucionário do tipo democrático-popular, que sempre conviveu com agressões externas e internas, liderado por um partido de formação social complexa. Nesse ínterim, o objetivo da aliança do imperialismo com as classes dominantes restituídas ao poder era: 1) dismantelar o que restava do processo revolucionário, especialmente no que diz respeito às modificações sobre o controle da propriedade em favor das classes subalternas despossuídas, bem como as alterações jurídicas nos aparatos militares e policiais; 2) reconstruir os domínios políticos das classes proprietárias sob uma nova perspectiva tecnocrática, sintonizada às agendas internacionais; 3) controlar os principais aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, construindo associações, partidos políticos, *think tanks* e igrejas para consolidar uma contra-hegemonia; 4) edificar um Estado neoliberal; e 5) reinserir o país na economia mundial, vinculando a ordem social interna aos ditames da ordem mundializada (Robinson, 1997a; Osorio, 2019; AID, 1991).

Como argumenta David Harvey (2005, p. 147), o processo de acumulação por espoliação exercido pelos países centrais opera fundamentalmente por meio da abertura forçada de mercados de consumo e de trabalho em escala global. Essa dinâmica conta com o respaldo estratégico de organismos internacionais que exercem severas pressões institucionais, a exemplo do FMI e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse arranjo é sustentado pelo poder geopolítico e econômico dos Estados Unidos e, em menor grau, das potências europeias, que utilizam como mecanismo de coerção a ameaça de fechar o acesso aos seus próprios mercados internos para as nações periféricas que se recusam a dismantelar suas proteções soberanas.

Ainda que as diversas frações das classes proprietárias nicaraguenses buscassem a transição e tentassem conduzi-la, a participação dos EUA não foi apenas

imprescindível; era constitutiva das novas formatações e elaborações em torno do projeto para a Nicarágua. O projeto iniciado logo após a vitória insurrecional, e que ganhou novos impulsos a partir de 1985 — especialmente pela estratégia de guerra de baixa intensidade —, foi extremamente bem-sucedido. Ao impor aos sandinistas a derrota eleitoral em 1990, iniciou-se a consolidação do plano empreendido, elaborado e condicionado pela tecnocracia vinculada à USAID e aos interesses imperialistas, conjugados com os interesses das forças políticas das classes proprietárias modernizantes atreladas ao mercado mundial e às novas formas de produção e acumulação capitalista (AID, 1991; Robinson, 1997a).

Pressupomos que isso pode ser bem verificado no caso nicaraguense: a livre transição do capital mundializado mediante a implementação de empresas *maquiladoras* — que são pontas de corporações-rede e, logo, de capital transnacional. Nesse processo, empresas americanas, por meio de suas subsidiárias que atuam na Ásia, investem em fábricas na Nicarágua para aproveitar a mão de obra barata, os escassos direitos trabalhistas assegurados e a isenção de impostos, a fim de exportarem a preços absolutamente baixos para os Estados Unidos. Deste modo, a desregulamentação por parte do Estado, ao provocar a flexibilização de direitos trabalhistas e tributários, características do neoliberalismo, possibilita a circulação do capital mundializado.

A consolidação do neoliberalismo na Nicarágua significou: desregulamentação no setor econômico, medidas de austeridade, flexibilização do poder regulador do Estado no plano econômico-político-social, terceirização da mão de obra, assim como a reformulação das leis trabalhistas — tornando a Nicarágua mais ‘competitiva’ no mercado mundial do trabalho —, forte implementação de política fiscal atrativa ao capital financeiro, aceleração do setor de serviços e, por fim, a adesão à ESAF, isto é, a submissão à política do FMI e do Banco Mundial. As reflexões acerca do neoliberalismo contribuirão para compreender e captar a historicidade da solidificação do projeto neoliberal no governo de Violeta Chamorro.

4 ESTRUTURANDO O PROJETO NEOLIBERAL: OS PROGRAMAS DE AJUSTE E O ACORDO COM O FMI

A transição da Nicarágua para o modelo neoliberal, sob o governo de Violeta Chamorro, foi arquitetada sob os auspícios das administrações norte-americanas de George H. W. Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001). Esse projeto conjugava os interesses das frações modernizantes das classes proprietárias locais aos desígnios geopolíticos de Washington, tendo como intento fundamental “dessandinizar” o país por meio de reformas estruturais no Estado, na economia e na sociedade civil. O principal vetor dessa ofensiva foi a USAID, agência que já operava desde o pleito eleitoral e formalizou, em 1991, um acordo de cinco anos (1991-1996). Focado na estabilização financeira, na reforma bancária e na atração de investimentos estrangeiros, o auxílio financeiro da USAID era rigorosamente condicionado à austeridade fiscal, à privatização do patrimônio estatal — sobretudo das empresas públicas das Áreas de Propriedade do Povo (APP) —, à desregulamentação comercial e a reformas legislativas pró-mercado (Robinson, 1997a).

Essa guinada operou-se em uma conjuntura singular: a dissolução de um processo revolucionário acossado por uma guerra civil permanente financiada pelos EUA, o que legou ao país uma estrutura socioeconômica e política “gelatinosa” e repleta de contradições radicais. Como o aparato judicial e as forças de segurança ainda sofriam forte influência sandinista, a estratégia do imperialismo estadunidense e de seus organismos multilaterais consistiu em impor as reformas de forma gradual, utilizando o controle do fluxo financeiro e a coerção diplomática para evitar a aparência de uma ruptura institucional violenta. Alinhadas aos predicados do Consenso de Washington, essas mudanças impuseram a privatização, a flexibilização trabalhista e a abertura comercial, reconfigurando os aparelhos privados de hegemonia para alargar o espaço político das classes proprietárias e anular a capacidade de atuação dos grupos subalternos. Consolidou-se, assim, uma simbiose entre o político e o

econômico indispensável para estabelecer a hegemonia do setor privado sobre o desenvolvimento nacional (Saldomando, 1992; Osorio, 2019).

Esse projeto ganha materialidade nos três grandes objetivos estratégicos da USAID para a Nicarágua, os quais, mapeados por Saldomando (1992, p. 24-25), condicionavam a ajuda externa a uma profunda reconfiguração estrutural do país. O primeiro eixo focava no aumento do investimento nacional e estrangeiro, exigindo estabilização econômica, reforma financeira e um ambiente pró-mercado. Na prática, os recursos vinculavam-se a medidas severas de austeridade, como o corte de gastos públicos, incentivos ao setor privado, livre fluxo de moeda estrangeira e a resolução célere de litígios de propriedade privada. O segundo vetor buscava o aumento da concorrência e a diversificação econômica, promovendo a abertura comercial, infraestrutura e exportações não tradicionais. Em contrapartida, impunha-se a preferência pelo setor privado em detrimento do estatal, o que garantiu assistência direta à Corporação Nacional de Empresas Públicas (CORNAP)¹⁴ para acelerar as privatizações. Por fim, o terceiro objetivo visava à construção de um consenso liberal, financiando reformas constitucionais e educação cívica para limitar o papel econômico do Estado, blindar a propriedade privada e consolidar a livre concorrência como pilares da nova ordem social.

A imposição dessa agenda justificava-se pelo esgotamento do modelo anterior. Diante de uma crise econômica aguda, o governo sandinista tentara adotar, a partir de 1988, seu próprio programa de estabilização macroeconômica e políticas de ajuste para viabilizar as reformas estruturais exigidas pela conjuntura. Contudo, as medidas implementadas pela FSLN mostraram-se insuficientes para estancar a hiperinflação, corrigir os desequilíbrios fiscais e recuperar a capacidade produtiva do país. Sem conseguir retomar a expansão do PIB, o regime sandinista encerrou seu ciclo incapaz de reverter a severa deterioração dos indicadores sociais,

¹⁴ CORNAP – Corporação Nacional de Empresas Públicas. Empresa estatal criada no governo sandinista.

deixando o aparato estatal vulnerável à ofensiva e ao receituário neoliberal que seria consolidado na gestão Chamorro.

5 OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA SINDICAL

5.1 O Plano Mayorga

Logo após assumir o poder em 25 de abril de 1990, o governo Chamorro implementou o Plano Mayorga, ou “plano dos cem dias”, elaborado pelo presidente do Banco Central, Francisco J. Mayorga, sob a promessa de liquidar a inflação (Evans, 1995, p. 189). As medidas consistiram na introdução do *córdoba oro*, desvalorização cambial de 100%, unificação da taxa de câmbio, aumento de tarifas públicas, demissões de servidores e abertura comercial. Todavia, o plano naufragou diante de questões estruturais e do comportamento do mercado, que antecipou o arrocho e acelerou a carestia. O resultado foi um surto inflacionário de cerca de 13.490%, contração de 1% no PIB e a expansão do mercado informal, que passou a abrigar aproximadamente 44% da população economicamente ativa (Aravena, 2001, p. 44-45).

O fracasso do plano vinculou-se estreitamente à imensa resistência sindical articulada pela Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) e pela União Nacional de Empregados (UNE), ligadas à FSLN. Como a proposta carecia de realismo político frente a uma massa urbana altamente mobilizada, as tentativas de dismantelar a Lei do Serviço Civil e cortar salários foram respondidas de imediato com uma impressionante greve geral em maio de 1990. Na avaliação de Trevor Evans (1995, p. 199), a ação antecipou-se aos rumos governamentais: guiados pelo temor de um assalto generalizado contra as conquistas revolucionárias, os sindicatos sandinistas demonstraram sua força de mobilização para demarcar precocemente as fronteiras e os limites de ação da nova gestão.

Nova onda de greves gerais paralisou a indústria, a construção e a agricultura nos meses de junho e julho de 1990. Diante da intensidade da contraofensiva popular e

do risco de ingovernabilidade, a administração Chamorro foi forçada a recuar: aceitou regulamentar a estabilidade no emprego e retirou de pauta os projetos de devolução de terras e empresas privatizadas aos antigos proprietários (Cuadra; Vogl, 1992, p. 47). O ano de 1990 encerrou-se, assim, sob o signo da hiperinflação, do desemprego e da recessão, agravados no campo por violentos conflitos de terra envolvendo ex-membros do exército e antigos *contras*, evidenciando a profunda fragilidade do processo de desmobilização e paz (Revista Envío, nº 110, dez. 1990).

5.2 A *concertación* econômica e social

Diante do fiasco do Plano Mayorga — sabotado tanto pelas greves da FSLN quanto pela oposição da COSEP e do vice-presidente Virgilio Godoy —, o comandante do EPS, Humberto Ortega, propôs um pacto nacional de conciliação. Iniciada em 20 de setembro de 1990, a Concertación¹⁵ buscou reunir o governo, o setor privado e os sindicatos. Embora a maior central do país, a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), tenha recusado o fórum, o governo Chamorro costurou um acordo bilateral com a direção da FSLN e a UNAG em outubro. Ficou acertado o reconhecimento das propriedades distribuídas antes das eleições (com compensação aos antigos donos) e a cessão de 25% das ações das empresas estatais privatizadas aos trabalhadores¹⁶. Em troca da moderação do ajuste e do foco na captação de ajuda internacional, as bases sindicais aceitaram a via negocial em detrimento das greves, isolando a ala radical dos grandes empresários e de Godoy (Aravena, 2001, p. 46; Cuadra; Vogl, 1992).

¹⁵ BNIC. *Acuerdos de la concertación económica y social... Managua: Centro de Documentación, 1990*. O fórum reuniu o governo, o patronato e as centrais sindicais (sandinistas e independentes). As metas macroeconômicas constam nos discursos dos ministros E. Alegría, S. de Franco e do presidente do BCN, F. Mayorga (set.-out. 1990), compilados em: BCN. *Concertación económica y social – presentación del gabinete económico*. Managua, 1990. Documentos consultados e registrados pelo autor no IHNCA.

¹⁶ Como aponta Onofre Guevara López (2008, p. 160), a garantia de 25% das ações das empresas estatais aos trabalhadores alterou a própria natureza do sindicalismo nicaraguense. Ao assumirem a condição dual de “líderes-empresários”, os sindicatos enfrentaram contradições inéditas entre a sua função reivindicativa tradicional e a gestão corporativa. Segundo o autor, o desfecho desse processo foi nefasto, pois a ausência de respostas preparadas para essa ambiguidade culminou na apropriação privada de empresas por parte de seus próprios dirigentes.

Esse alívio na governabilidade viabilizou a implementação do Plano Lacayo em março de 1991, uma estratégia anti-inflacionária ancorada na dolarização e na livre conversibilidade estável entre o estreante córdoba oro e o dólar norte-americano. Para sustentar a âncora cambial, a Nicarágua captou massivos aportes externos, recebendo naquele ano 884 milhões de dólares em doações e 604 milhões em créditos para o Banco Central. Dos mais de 717 milhões direcionados ao programa de estabilização, cerca de 300 milhões entraram como recursos líquidos para financiar o déficit fiscal e robustecer as reservas internacionais. Como resultado imediato, a inflação do mês seguinte desabou para 20%, eliminando temporariamente a hiperinflação e encerrando o ano de 1991 acumulada em cerca de 845% (BCN, 2009, p. 6; Aravena, 2001, p. 46).

5.3 O acordo *Stand by* com o FMI

Consolidada a estabilização cambial, o governo Chamorro firmou, em setembro de 1991, um acordo de Stand-By de dezoito meses com o FMI¹⁷. O Fundo tornou-se o principal avalista das políticas econômicas do país, exigindo em contrapartida a submissão a diretrizes que limitavam drasticamente a atuação do Estado como indutor do desenvolvimento e bem-estar social, transferindo essas prerrogativas ao capital privado. Embora o financiamento fosse modesto — cerca de 40 milhões de dólares, ou 5% do orçamento previsto para 1992 —, seu peso era eminentemente político: o aval cancelava a transformação do caráter institucional do Estado nicaraguense, atrelando seu funcionamento a determinações autocráticas burguesas de contorno neoliberal (Acevedo Vogl, 1993, p. 22).

Longe de ser uma mudança abstrata, a transição reconfigurou as relações do bloco governante com o conjunto da sociedade, balizando as ações subsequentes. O arranjo com o FMI limpou definitivamente o terreno para a segunda fase das reformas estruturais que, sob a promessa oficial de reativação econômica, elegeu a privatização

¹⁷ FMI (1991) "Nicaragua - Stand-By Arrangement".

em massa do patrimônio público e o enxugamento drástico do funcionalismo como seus alvos fundamentais (Acevedo Vogl, 1993).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição neoliberal empreendida na Nicarágua a partir do governo de Violeta Barrios de Chamorro, especialmente nos dois primeiros anos, 1990 e 1991, ocorreu a partir de tensões sociais e contradições políticas e um intenso processo de cooptação. A denominada *Concertación*, embora anunciado como espaço de democrático de decisões coletivas e de conciliação nacional, operou fundamentalmente como um mecanismo de neutralização das forças populares. Ao fracionar a resistência e oferecer contrapartidas corporativas específicas — como a controversa cessão de 25% das ações das empresas estatais aos trabalhadores —, o governo Chamorro não apenas assegurou a governabilidade imediata, mas alterou a própria natureza do sindicalismo sandinista, capturado pelas ambiguidades das condições sociais e econômicas dramáticas e intensas disputas políticas.

Em última análise, o caso nicaraguense confirma que as reformas estruturais neoliberais ultrapassam a dimensão de meros arranjos tecnocráticos ou contábeis de ajuste fiscal. Elas representam, fundamentalmente, uma metamorfose no caráter do próprio Estado. Sob o pretexto da modernização e da estabilidade, o aparato estatal foi reconfigurado para atender a determinações autocráticas burguesas, sob os desígnios do imperialismo e do neoliberalismo, eliminando as classes populares dos processos decisórios. A experiência histórica nicaraguense demonstra que a seletividade estratégica do aparato estatal passou a ser estruturalmente mediada pelos imperativos da acumulação financeira e pelos mecanismos de coerção do endividamento externo (Wood, 2014; Harvey, 2005; Osorio, 2019). Esse arranjo consolidou uma inserção periférica e subordinada na mundialização capitalista, legando à formação social nicaraguense uma estabilidade macroeconômica de curto prazo assentada sobre a

hipertrofia do poder coercitivo interno e a espoliação de direitos fundamentais (Netto, 2001). Esse quadro institucional e de classe condicionou de forma indelével a dinâmica de reprodução social e os rumos das disputas hegemônicas nas décadas seguintes da história política do país (Sá, 2005).

REFERÊNCIAS

AID (05/1991). *AID to Nicaragua Status of U.S. Assistance to the Democratically Elected Government*. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaaa186.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

ARAVENA, Oscar Catalán. Una década de ajuste estructural en Nicaragua. **Revista ENCUESTRO**, AÑO XXXIII, n° 59, 2001, p.42-58. Disponível em: <https://www.lamjol.info/index.php/ENCUESTRO/article/view/4123> Acesso em: 30 out. 2018.

BCN (2009). **Estadísticas Macroeconómicas 1960 – 2009**. Banco Central da Nicaragua, 2009.

BCN (1990). **“Concertacion económica y social – presentación del gabinete económico”**.

BNIC (1990). **“Acuerdos de la concertación económica y social y la política exterior del Gobierno de Nicaragua”**. Banco Nicaraguense de Industria y Comercio. Centro de documentación, Managua, 1990.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUADRA, O. N.; VOGL, A. J. A. **Nicaragua: hiperinflación y (des)estabilización**. Managua: CRIES, 1992.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

EVANS, Trevor. Ajuste estrutural y sector público en Nicaragua. In. EVANS, Trevor. (Coordinador). **La transformación neoliberal del sector público: ajuste estructural y sector público en Centroamérica y el Caribe**. Managua: CRIES, 1995.

FMI (1991): **Nicaragua - Stand-By Arrangement**. 25/09/1991. Disponível em: <https://www.bcn.gob.ni/sites/default/files/estadisticas/acuerdos/NicaraguaStandByArrangementSept91.pdf> Acesso em: 16 out. 2018.

FRIEDEN, J. A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

GOBAT, M. **Enfrentando el Sueño Americano: Nicaragua bajo el dominio imperial de Estados Unidos**. Managua: IHNCA-UCA, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÓPEZ, O. G. **Cien años de Movimiento social en Nicaragua: relato cronológico**. Managua: IHNCA-UCA, 2008.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Revista Envío. "UNOs contra UNOs: Región V en rebelión". **Revista Envío** nº110, dez./1990. Disponível em: <https://www.envio.org.ni/articulo/647> Acesso em: 03 fev. 2022.

ROBINSON, W. I. Un estudio de caso sobre el proceso de globalización en el Tercer Mundo: una agenda transnacional en Nicaragua. In. **Revista Pensamiento Propio**, Año 01, nº 03, 193-227. Enero-abril. Managua: CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 1997a

SALDOMANDO, A. **El retorno del AID. El caso de Nicaragua: condicionalidad y reestructuración conservadora**. Managua: Ediciones CRIES, 1992.

SÁ, R. A. de. (2025). A Nicarágua pós-revolução: da democracia popular à autocracia burguesaneoliberal. **InterAção**, 16(4), e92844. <https://doi.org/10.5902/2357797592844> Acesso em: 02 abr. 2026.

VOGL, A. J. A. **Nicaragua y el Fondo Monetario Internacional: El pozo sin fondo del Ajuste**. Managua: Latino Editores – CRIES, 1993.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. México: Siglo XXI, 1979.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Roger dos Anjos de Sá

Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás
<https://orcid.org/0000-0001-9252-5194> • rogerniger@hotmail.com
Contribuição: Escrita – Primeira Redação

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

SÁ, R. A. Mundialização capitalista, novo imperialismo e a transição neoliberal na Nicarágua. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97138, 2026. DOI: 10.5902/2317175897138. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897138>.